Certifico que para os fins do disposto nos artigos 71.º e 72.º, ambos do Código do Registo Comercial, que entre Álvaro Fernandes de Sá e mulher Maria da Conceição da Silva Santos, casados na comunhão geral, residente na Rua das Pedreiras, São Roque, Oliveira de Azeméis, foi constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelo contrato integrado por dez cláusulas e que a seguir se reproduz:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Álvaro Sá — Técnicos Oficiais de Contas, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua das Lagomas, em São Roque, freguesia de São Roque, concelho de Oliveira de Azeméis.

2 — Por deliberação dos sócios, a sociedade poderá transferir a sua sede para qualquer outro local, podendo, todavia, essa transferência ser feita pela gerência desde que tenha lugar dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

3 — Poderá também a gerência criar ou encerrar sucursais, agências ou outras formas locais de representação da sociedade, quer em Portugal, quer no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

1 — Constitui seu objecto: contabilidade, comércio a retalho de papelaria e outras actividades de serviços prestados.

2 — A sociedade poderá adquirir, livremente, participações como sócio de responsabilidade ilimitada ou participações em sociedades com o objecto diferente do acima referido, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 3.º

O capital social é de cinco mil euros, subscrito e realizado em dinheiro, representado por duas quotas, uma do valor nominal de quatro mil e quinhentos euros, pertencente ao sócio Álvaro Fernandes de Sá e outra do valor nominal de quinhentos euros, pertencente à sócia Maria da Conceição Silva Santos.

ARTIGO 4.º

Aos sócios poderão ser exigidas prestações suplementares de capital até ao montante global de cinquenta mil euros.

ARTIGO 5.º

Os sócios poderão celebrar com a sociedade contratos de suprimento precedente deliberação dos sócios, votada por aqueles que assumam a obrigação de efectuar os suprimentos.

ARTIGO 6.º

1 — As cessões de quotas e as correspondentes divisões são livremente permitidas, desde que feitas aos sócios, seus cônjuges e descendentes. Desde que feitas a estranhos só serão eficazes para com a sociedade desde que esta preste o seu consentimento.

2 — A sociedade tem direito de preferência relativamente às cessões de quotas que os sócios se proponham fazer a estranhos.

3 — Subsidiariamente, quando a sociedade não puder ou não quiser exercer o seu direito de preferência, têm também os sócios esse direito em proporção das quotas de que forem titulares.

4 — No caso de ser exercido o direito de preferência a quota a ceder será paga pelo valor que tiver à face do último balanço aprovado.

5 — O pagamento será efectuado em três prestações iguais e sem juros, que se vencerão, de quatro em quatro meses, vencendo-se a primeira na data da escritura pública de cessão.

ARTIGO 7.º

A gerência fica afectada ao sócio Álvaro Fernandes de Sá, sendo obrigatória a sua intervenção para obrigar a sociedade.

ARTIGO 8.º

A gerência será ou não remunerada conforme for deliberado em assembleia geral.

ARTIGO 9.º

Ao gerente fica vedado o uso da firma em actos e contratos que aos negócios sociais não disserem directamente respeito, designadamente letras de favor, fianças, abonações e outras responsabilidades similares.

ARTIGO 10.º

1 — A sociedade poderá amortizar quotas nos seguintes casos:

- a) Acordo entre a sociedade e o titular da quota;
- b) Insolvência ou falência do respectivo sócio;

c) Quando sejam transmitidas em consequência de processos judiciais ou de qualquer modo subtraídas à livre disposição do sócio, em termos de serem alienadas independentemente da sua vontade;

d) Em caso de divórcio, se na partilha subsequente a quota não ficar a pertencer ao seu titular;

2 — A amortização deve ser deliberada no prazo de sessenta dias a contar da data em que a gerência tiver conhecimento dos factos que a permitam.

3 — A contrapartida da amortização será calculada e paga nos termos do artigo 6.º

4 — As quotas amortizadas figurarão no balanço como tais.

Posteriormente e por deliberação dos sócios, poderão ser criadas, em vez delas, uma ou várias quotas destinadas a serem alienadas a um ou a alguns dos sócios ou a terceiros, nos termos do número três do artigo 237.º do Código das Sociedades Comerciais.

Está conforme.

21 de Setembro de 2005. — A Conservadora, *Maria da Conceição Maia Meireles Oliveira*.
2008984311

CALÇADO JULIETA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Oliveira de Azeméis. Matrícula n.º 1758/860326; identificação de pessoa colectiva n.º 501652779; inscrição n.º 9; número e data da apresentação: 18/980701.

Certifico que para os fins do disposto nos artigos 71.º e 72.º, ambos do Código do Registo Comercial, que foram depositados na pasta respectiva os documentos de prestação de contas do exercício do ano de 1997 (acta de aprovação donde consta a aplicação dos resultados, relatório de gestão, balanço analítico, demonstração de resultados líquidos e anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, certificação legal de contas.)

Está conforme.

22 de Setembro de 1998. — A Conservadora, *Maria da Conceição Maia Meireles de Oliveira*.
3000220212

SANTA MARIA DA FEIRA

MARFINITES BRANQUITA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira. Matrícula n.º 05205/970919; inscrição n.º 01; número e data da apresentação: 19/970919.

Certifico que entre Óscar Francisco Loureiro Duarte e Carlos Manuel Loureiro Duarte, solteiros, maiores, residentes, respectivamente, na Rua Tolegre, 10 e Rua de Tolegre Ferral, freguesia de Souto, Santa Maria da Feira e Maria Custódia Gonçalves Loureiro da Silva, casada com Rurique Alves da Silva, comunhão de adquiridos, residente na Rua Tolegre, da referida freguesia de Souto, foi constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelo seguinte contrato:

1.º

A sociedade adopta a firma de Marfinites Branquita, L.^{da}

2.º

A sua sede será na Rua Tolegre, 10, freguesia do Souto, concelho de Santa Maria da Feira.

3.º

A sociedade tem por objecto fabricação e comercialização de resinosos e seus derivados.

4.º

O capital social integralmente realizado em dinheiro é de quatrocentos mil escudos e corresponde à soma das quotas dos sócios que são: Carlos Manuel Loureiro Duarte, uma quota de cento e trinta e três mil trezentos e trinta e três escudos.

Óscar Francisco Loureiro Duarte, uma quota de cento e trinta e três mil trezentos e trinta e três escudos.

Maria Custódia Gonçalves Loureiro da Silva, uma quota de cento e trinta e três mil trezentos e trinta e quatro escudos

5.º

A sociedade poderá exigir aos sócios prestações suplementares de capital até ao dobro do capital social.

6.º

A divisão e cessão de quotas entre os sócios é livre. Porém quando efectuadas a favor de estranhos, a sociedade e os sócios não cedentes, têm o direito de preferência.

7.º

1 — A gerência da sociedade compete aos sócios desde já nomeados gerentes, sendo necessárias três assinaturas para obrigar a sociedade.

2 — Porém para actos de mero expediente basta uma assinatura.

8.º

A assembleia geral que aprovar o exercício de cada ano, poderá deliberar a constituição de fundos de reserva, e determinar a aplicação dos resultados.

9.º

As assembleias gerais, para as quais a lei não preveja outros prazos e formalidades, são convocadas por carta registada dirigida aos sócios com 15 dias de antecedência.

Está conforme.

13 de Outubro de 1998. — A Primeira-Ajudante, *Maria Irene Brandão Rodrigues Freitas*, 3000220200

SEVER DO VOUGA

EPITEX — SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES DO VOUGA, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Sever do Vouga. Matrícula n.º 696/20060502; identificação de pessoa colectiva n.º 501708251; averbamento n.º 2 à inscrição n.º 17 e inscrição n.º 19; números e data das apresentações: 4 e 5/20050120.

Certifico que na sociedade em epígrafe foram efectuados os seguintes actos de registo:

1) Cessação de funções do administrador — Alcina Maria de Lemos Dias Ferreira de Castro, por ter renunciado em 30 de Outubro de 2004;

2) Nomeação do conselho de administração para o triénio de 2004-2006, por deliberação de 30 de Outubro de 2004:

Conselho de administração: presidente — Dalila de Lemos Dias Ferreira de Castro, Sever do Vouga.

Vogais: Ana Beatriz de Lemos Dias Ferreira de Castro, Sever do Vouga e Fernando António Tavares de Almeida, Junqueira, Vale de Cambra.

Está conforme.

2 de Maio de 2006. — A Ajudante, *Maria Orlanda Tavares Rodrigues Loureiro*, 2006942425

BRAGA

BRAGA

TYBER — COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, L.ª

Sede: Rua das Veigas, 476, Estrada Braga-Guimarães, Nogueira, Braga

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 10 168; identificação de pessoa colectiva n.º 507397398; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 15/050713.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado a contrato de sociedade celebrado entre Vera Sandra Monteiro da Costa, Liliana Monteiro da Costa, residentes na Urbanização Bouça das Mouras, lote 41, Lomar, Braga, Fernando Jorge de Macedo Monteiro e Sílvia de Macedo Monteiro, residentes na Urbanização Bouça das Mouras, lote 40, Lomar, Braga, todos solteiros, maiores, se rege pelo seguinte pacto:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma TYBER — Comércio de Materiais de Construção, L.ª, e tem a sua sede na Rua das Veigas, 476, Estrada Braga-Guimarães, freguesia de Nogueira, concelho de Braga.

2 — A gerência poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como poderá instalar e manter sucursais e outras formas de representação social, sem necessidade de consentimento da assembleia geral.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto o comércio por grosso e a retalho de materiais de construção e artigos sanitários, fabrico de artigos sanitários e montagem de redes de gás e canalizações.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado, é de cinco mil euros, dividido em quatro quotas iguais de mil duzentos e cinquenta euros, pertencentes a cada um dos sócios.

ARTIGO 4.º

Poderão ser exigidas a todos os sócios prestações suplementares ao capital, na proporção das suas quotas, até ao limite máximo de dez vezes o capital social existente no momento da deliberação.

ARTIGO 5.º

1 — A administração e representação da sociedade ficam afectas aos sócios Vera Sandra Monteiro da Costa e Fernando Jorge de Macedo Monteiro, que desde já ficam nomeados gerentes.

2 — A sociedade fica vinculada em todos os seus actos e contratos com as assinaturas conjuntas de dois gerentes.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas entre ascendentes e descendentes é livremente permitida; a outras pessoas, incluindo sócios, carece do consentimento da sociedade, à qual é reservado o direito de preferência, em segundo primeiro lugar, cabendo este direito em primeiro lugar, aos sócios não cedentes.

ARTIGO 7.º

A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos seguintes casos:

- Acordo ou interdição do titular;
- Quando em inventário ou partilha, a mesma for adjudicada a herdeiros diversos do cônjuge, descendentes ou ascendentes;
- Penhora, arresto ou qualquer outra forma de apreensão judicial, às quais não tenha sido deduzida oposição ou esta tenha sido julgada improcedente;
- Falência ou insolvência do titular;
- Cessão da quota sem o consentimento da sociedade;
- Quando qualquer sócio deixar de cumprir ostensivamente as obrigações que para ele resultem destes estatutos ou, também sendo gerente, envolva os bens sociais em negócios estranhos ao objecto da sociedade.

ARTIGO 8.º

As assembleias gerais serão convocadas por cartas registadas dirigidas aos sócios com a antecedência mínima de 15 dias.

Está conforme.

22 de Julho de 2005. — A Segunda-Ajudante, *Maria de Lourdes Lourenço Mourão Gomes*, 2010273354

MANUEL FARIA & FILHOS, L.ª

Sede: Rua do Campo do Futebol, 4705-651 Vilaça, Braga

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 506039838; averbamentos n.ºs 1 e 2 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 12; números e data das apresentações: 8, 12 e 13/051229.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado a cessação de funções de gerente de Manuel Pereira de Faria e de Hélder Henrique Costa Faria, por renúncia em 30 de Setembro de 2005 e a alteração do contrato quanto ao n.º 1 dos artigos 3.º e 4.º, que ficam com a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

1 — O capital social, integralmente realizado, é de cento e cinquenta mil euros, e encontra-se dividido em quatro quotas: sendo duas iguais do valor nominal de cinquenta mil euros, pertencentes uma a cada uma das sócias Dória Marina Costa Faria Fernandes e Mafalda Patrícia Costa Faria, e as restantes duas, dos valores nominais, res-